	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

Sumário

1. OBJETIVO	3
2. ESCOPO	3
3. RESPONSABILIDADES	3
4. APLICAÇÃO.....	4
5. REFERÊNCIAS	5
6. SIGLAS E DEFINIÇÕES	5
7. POLÍTICA	7
Regra Geral.....	7
7.1. Diretrizes específicas.....	9
7.1.1. Pagamentos indevidos.....	9
7.1.2. Cortesias	10
7.1.3. Relacionamento com Agentes Públicos	11
7.1.4. Doações, contribuições e patrocínios	12
7.1.5. Terceiros (“Laranjas”)	12
7.1.6. Contratação de Terceiros.....	12
7.1.7. Registros Contábeis.....	13
7.2. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações	13
7.3. Treinamentos.....	14
7.4. Disposições finais	14
8. ANEXO	14

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

1. OBJETIVO

Esta Política tem como objetivo estabelecer as diretrizes e regras que devem ser observadas no relacionamento com Agentes Públicos, parceiros de negócios, fornecedores de produtos e prestadores de serviços, visando assegurar o cumprimento das Leis Anticorrupção Brasileiras e da postura de tolerância zero com a corrupção adotada pelo IBP.

Violações a esta Política serão devidamente apuradas pela Gerência Jurídica e estarão sujeitas à aplicação de penalidades.

2. ESCOPO


O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) adota uma política de TOLERÂNCIA ZERO com relação à corrupção, em qualquer de suas formas e está comprometido com o combate à corrupção e com a promoção de um ambiente de negócios éticos, transparentes e pautados na legalidade.

Dessa forma, o Instituto não tolera qualquer ato de corrupção praticado por seu pessoal ou por terceiros em seu nome ou benefício. A prática de qualquer ato nesse sentido caracteriza uma violação a esta Política e ao Código de Ética do IBP e estará sujeita à aplicação de medidas disciplinares.

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (“IBP”) quer preservar e proteger sua reputação e evitar qualquer aparência de irregularidade em sua conduta com Terceiros, Agentes Públicos ou associados, motivo pelo qual publica esta Política Anticorrupção, que estabelece requisitos a serem seguidos por todos os Colaboradores.

3. RESPONSABILIDADES

- **Associados:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Colaboradores:** (I) Seguir as diretrizes aqui descrita.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		


- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento desta Política; (II) Aplicar sanções, quando cabíveis.
- **Gerência Jurídica:** (I) Manter esta Política atualizada; (II) Divulgar esta Política com o apoio da Gerência de Recursos Humanos.
- **Gerência de Recursos Humanos:** (I) Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação desta Política.
- **Terceiros:** (I) Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas.

4. APLICAÇÃO

Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, da Associada que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta política, são considerados terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.

Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política Anticorrupção, deverá consultar o seu Gestor ou a Gerência Jurídica.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

5. REFERÊNCIAS


- IT-JD-01 - Roteiro de Avaliação Básica
- IT-JD-02 - Roteiro de Avaliação Avançada
- PO-JD-01 - Política de Brindes e Presentes
- PO-JD-02 - Política de Conflito de Interesses
- PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública
- PO-JD-06 - Política de Doações e Patrocínios
- PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes
- PR-JD-04 - Código de Ética do IBP

6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **Administração Pública:** órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, nacionais ou estrangeiras. Para fins dessa política, estão incluídas no conceito de Administração Pública as empresas privadas que prestam serviço público por concessão, autorização ou permissão, organizações públicas internacionais e partidos políticos;
- **Agente Público:** considera-se agente público toda e qualquer pessoa integrante da estrutura de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), de qualquer ente da Federação ou de Estado estrangeiro, ou pessoa nomeada ou investida de poderes para representar um Órgão Público, seja funcionário, administrador, ocupante ou candidato a cargo eletivo ou partido político, ou quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, agências reguladoras e entidades estatais ou sociedades de economia mista ou controladas pelo Estado, além de eventuais particulares titulares de função pública por delegação (ex. notários e funcionários de cartórios de registro, conforme descrito na Política **PO-JD-03 - Política de Relacionamento com a Administração Pública**;
- **Colaboradores:** são todos que desempenham rotineiramente atividades junto ao IBP, como os empregados, administradores, estagiários e empregados de terceiros cedidos ou a serviço do IBP;

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

- **Cortesia:** brindes, presentes, refeições, entretenimentos e hospitalidades ofertados a alguém ou distribuído a diversas pessoas em gesto singelo de amabilidade e gentileza, sem que vislumbre e/ou gere expectativa de a obtenção de vantagem indevida;
- **Familiares:** cônjuge, companheiro ou companheira, filho ou filha, irmão, irmã, pai, mãe, padrasto, madrastra, enteado, enteada, avô, avó, neto, neta, cônjuge de neto ou de neta, ou qualquer outro parente que resida com o indivíduo em questão;
- **IBP:** Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;
- **Leis Brasileiras Anticorrupção:** são todas as leis e regulamentações que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos praticados contra a administração pública, incluindo, mas não se limitando a Lei Anticorrupção (12.846/2013), seu Decreto Regulamentador (11.129/22), Lei de Licitações e Contratos Administrativos (14.133/21), Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92), Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2848/1940) e as demais leis estrangeiras com eficácia extraterritorial, aderentes à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE, inclusive seus regulamentos e demais normas relacionadas;
- **Pessoa Exposta Politicamente (PEP):** é toda pessoa que desempenhe ou tenha desempenhado, nos últimos 5 (cinco) anos, nos níveis Federal, Estadual ou Municipal, mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo; cargo no Poder Executivo de Ministro/Secretário de Estado ou equiparado; cargo de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; Ministros dos Tribunais Superiores e os presidentes de Tribunais Regionais/Estaduais; Procuradores Gerais e Membros dos Tribunais de Contas. O conceito também se aplica àqueles que sejam ou foram membros de escalões superiores de partidos políticos; de cargos governamentais e empresas públicas; de cargos das Forças Armadas e do Poder Judiciário em outros países, territórios e dependências estrangeiros. Aplica-se ainda aos Familiares, pessoa com quem o PEP possua estreito relacionamento ou pessoas jurídicas de que participem as pessoas acima reconhecidas como politicamente expostas;

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

- **Pessoas Próximas:** amigos próximos, namorados, agregados (sogros, noras, genros, cunhados etc.);
- **Terceiros:** toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros;
- **Vantagem Indevida:** todo e qualquer item que pode ser utilizado como suborno, com ou sem valor comercial determinado, como por exemplo presentes, viagens, ingressos de eventos, promessas de emprego, vagas em instituições de ensino, informações comerciais, quotas ou ações em sociedades etc.


7. POLÍTICA

Regra Geral

As interações entre Colaboradores do Instituto e/ou Terceiros com Agentes Públicos e/ou Pessoas Expostas Politicamente (PEP) deverão se pautar nos princípios de ética, integridade e transparência e deverão observar rigorosamente as Leis e normas vigentes, em especial a Lei Anticorrupção.

É proibida a prática, por qualquer Colaborador ou Terceiro, de conduta que possa ser considerada um ato de corrupção ou que de alguma forma possa prejudicar a Administração Pública, nacional ou estrangeira.

Para fins da presente Política, considera-se ato de corrupção prometer, oferecer, dar, pagar ou doar a Agente Público ou pessoa a ele relacionada qualquer Vantagem Indevida. Por sua vez, constitui Vantagem Indevida todo e qualquer bem de valor, tangível ou intangível, seja dinheiro e equivalentes, doações de produto, presentes, entretenimento, hospitalidades, refeições.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

Constitui Vantagem Indevida até mesmo o fornecimento de produtos com descontos especiais ou gratuitamente e a oferta de emprego para Agente Público ou pessoa a ele relacionada.

Também constitui ato de corrupção a realização de pagamentos de facilitação para que Agentes Públicos acelerem ou assegurem a realização de um procedimento ou ato ao qual esteja vinculado a executar.


A simples oferta ou promessa de Vantagem Indevida ao Agente Público, independentemente da aceitação ou da obtenção dos resultados almejados, podem ser consideradas atos de corrupção, sendo totalmente vedadas por esta Política Anticorrupção.

Outros exemplos que podem ser considerados atos de corrupção são:

- Utilizar-se de pessoa, física ou jurídica (também conhecidos como “Laranjas”) para ocultar ou dissimular interesses ou atos ilícitos;
- Cometer fraude em licitações;
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro de contratos firmados com a Administração Pública;
- Dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou Agentes Públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito de agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional; e
- Financiar, custear ou patrocinar a prática de atos de corrupção.

Outros exemplos de condutas que não serão toleradas pelo IBP:

- Qualquer prática antiética ou ilegal por parte de seus Colaboradores ou Terceiros que atuem em seu nome ou benefício;
- Promessa, oferta, pagamento ou entrega, de forma direta ou indireta, de Vantagem Indevida ou qualquer outra forma de suborno ou propina a Agente Público, Familiar, Pessoa Próxima ou Terceiro relacionado a ele;
- Imprecisão, incorreção ou fraude nos registros contábeis e toda a documentação de suporte das transações e operações realizadas pelo IBP;

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

- Dificultar ou atrapalhar qualquer atividade de investigação ou fiscalização conduzida pela Administração Pública ou investigação interna conduzida no IBP pela Gerência Jurídica e/ou consultor externo.

Nenhum funcionário ou Terceiro será prejudicado, retaliado ou penalizado devido a atraso ou perda de negócios resultantes de sua recusa em permitir ato de corrupção.

Não incorre em ato de corrupção o Colaborador que concede Cortesias seguindo os procedimentos e as regras estipulados na Política **PO-JD-01 - Política de Brindes e Presentes**. Da mesma forma, não constitui Vantagem Indevida a concessão das Cortesias autorizadas expressamente pelo Instituto na referida Política.

Caso tenha dúvida se um ato pode ser considerado corrupção, entre em contato com o seu Gestor e a Gerência Jurídica.


7.1. Diretrizes específicas

7.1.1. Pagamentos indevidos

O Instituto proíbe que seus funcionários e Terceiros prometam, ofereçam ou entreguem, de forma direta ou indireta, qualquer Vantagem Indevida a Agentes Públicos, com o objetivo de influenciar decisões que possam afetar o Instituto de alguma forma.

Assim como previsto nas Leis Anticorrupção Brasileiras, esta proibição se estende a todos aqueles que participaram conscientemente do pagamento, ou que, sabendo da possibilidade de ocorrência do ato de corrupção, nada fizeram para evitá-lo.

Pagamentos de taxas e emolumentos devidos aos órgãos governamentais devem ser realizados pelos meios oficiais, mediante emissão de guias e respectivos comprovantes de pagamento.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

As Leis Anticorrupção também se aplicam àqueles que agirem de maneira a incentivar o pagamento, ou seja, a qualquer indivíduo que:

- Aprovar o pagamento ou promessa de vantagem indevida;
- Fornecer ou aceitar faturas falsas;
- Retransmitir instruções para o pagamento ou promessa de vantagem indevida;
- Encobrir o pagamento ou promessa de vantagem indevida; ou
- Cooperar conscientemente com o ato de corrupção.

Nenhum funcionário sofrerá repreensão ou retaliação em razão de atraso ou perda de negócio pelo fato de ter se recusado a permitir um ato de corrupção.

7.1.2. Cortesias

Ao oferecer Cortesias, o Colaborador ou Terceiro deve agir com cautela, sempre observando as regras estabelecidas no presente Política e a forma pela qual a oferta poderá ser interpretada. A oferta de Cortesia deve ser feita somente com fins legítimos de negócios, seguindo as regras gerais estabelecidas na Política **PO-JD-01 - Política de Brindes e Presentes**.

O IBP não oferece e não aceita que seus Colaboradores ou Terceiros ofereçam, em seu nome ou a pretexto de beneficiá-lo, qualquer forma de Cortesia (brindes, presentes, viagens, refeições, entretenimento, premiações etc.), conforme descrito na Política **PO-JD-01 - Política de Brindes e Presentes** com o intuito de influenciar ou compensar indevidamente um ato ou decisão de qualquer pessoa, seja ela Agente Público ou não.

Também é vedada a oferta de Cortesia como troca de vantagens pessoais ou com o objetivo de influenciar interesses ou negócios do IBP. Da mesma forma, itens de Cortesia devem ser aceitos com a devida cautela, atentando-se para como a situação poderá ser interpretada.

Para mais informações ou em caso de dúvidas sobre oferta e aceite de hospitalidade, consulte a Política **PO-JD-01 - Política de Brindes e Presentes** e fale com a Gerência Jurídica.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

7.1.3. Relacionamento com Agentes Públicos

O IBP se relaciona intensa e frequentemente com autoridades e órgãos da Administração Pública. O cuidado nesse relacionamento é crucial para o sucesso das atividades do Instituto, além de contribuir para a manutenção do seu bom nome e reputação.


É essencial que os Colaboradores entendam como agir nas situações que envolvem Agentes Públicos, bem como os cuidados especiais que são exigidos no tratamento dedicado a fiscais e inspetores e aos documentos emitidos por autoridades e órgãos públicos.

Em seu relacionamento com a Administração Pública, bem como com Pessoas Expostas Politicamente (PEP), o IBP zela por:

- Interações conduzidas de forma ética e transparente;
- Absoluta observância às leis que direcionam a prática de seus negócios;
- Total isenção de influência relacionada a oferta ou promessa de vantagem indevida a Agentes Públicos, ou mesmo atendimento de solicitações desses agentes, com o intuito de beneficiar o IBP;
- Sempre ter objetivos institucionais e legítimos do IBP e tratar apenas de temas que atendam ao interesse comum do setor;
- Atuar apenas com pessoas que detêm competência e legitimidade sobre os assuntos que serão tratados.

É proibido aos Colaboradores do IBP obstruir ou atrapalhar a atividade fiscalizatória de Agentes Públicos, seja de forma a ocultar, segregar ou manipular informações ou documentos solicitados em processos de fiscalização.

No caso de visita ou fiscalização de um Agente Público, devem ser seguidas as diretrizes estabelecidas na Política PO-JD-05 - Política de Relacionamento com a Administração Pública.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

7.1.4. Doações, contribuições e patrocínios

É proibido realizar contribuição, doação ou patrocínio em troca de favorecimento ou Vantagem Indevida, ou ainda para influenciar decisão de Agente Público que possa atingir o IBP.

São proibidas quaisquer contribuições, doações e patrocínios a partidos políticos, campanhas políticas e/ou candidatos a cargos públicos.

Contribuições, doações ou patrocínios, ainda que para fins filantrópicos ou beneficentes, devem ser previamente aprovados e documentados, conforme procedimento estabelecido na Política **PO-JD-06 - Política de Doações e Patrocínios**.

7.1.5. Terceiros (“Laranjas”)


É proibido o uso de Terceiros para conceder, ofertar ou prometer qualquer Vantagem Indevida ou como forma de tentar garantir algum benefício ao IBP, bem como aos seus Colaboradores ou pessoas a eles relacionadas.

Segundo a Lei Anticorrupção, o IBP pode ser punido em decorrência de concessão, promessa ou oferta de Vantagem Indevida a Agente Público ou pessoa a ele relacionada feitas por Terceiros, ainda que o IBP não tenha conhecimento ou consentimento.

Sendo assim, é imprescindível assegurar que os Terceiros contratados conduzam seus negócios de forma idônea e que adotem os preceitos determinados no Código de Ética do Instituto e em todas as demais políticas aplicáveis.

7.1.6. Contratação de Terceiros

A contratação de Terceiros deve ser precedida de uma análise de qualificação, reputação e idoneidade, com vistas a identificar eventual envolvimento do Terceiro em suspeitas de violação às Leis Anticorrupção Brasileiras, atos de improbidade administrativa ou outras irregularidades, em especial aquelas envolvendo a Administração Pública.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

Os Colaboradores devem seguir a Política **PO-JD-08 - Política de Análise de Antecedentes** e sempre estar atentos a sinais de alerta que possam indicar potencial envolvimento do Terceiro em irregularidades.

7.1.7. Registros Contábeis

Todos os registros de operações do IBP devem corresponder a uma real e exata contrapartida financeira.

Todos os livros e registros contábeis devem permitir entender as transações correspondentes a cada despesa e disposição de ativos.

É vedada a alteração ou ocultação de dados contábeis e o falseamento de seu registro.


7.2. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações

A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética **PR-JD-04 - Código de Ética do IBP** e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.

Ainda que solicitado por um superior hierárquico, o Colaborador ou Terceiro não deve praticar nenhuma conduta em desacordo com as regras previstas nesta Política.

Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta Política ou no caso de suspeita de violação, consulte seu Gestor e a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente Política, registre sua suspeita por meio do *site*: <https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/>, e-mail: canaldeeticaibp@legaletica.com.br, Telefone: 0800 400 3333 ou WhatsApp: (11) 95271-1924 podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

	Código: PO-JD-04	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO		

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

7.3. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus Colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

7.4. Disposições finais

Esta Política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva. Qualquer alteração ou revisão desta Política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

8. ANEXO

N/A